

A experiência do tempo na independência do Brasil

Thomáz Fortunato*
Lucas Mohallem**

Que a História possa ser definida como o estudo das sociedades humanas no tempo, conforme a clássica proposição de Marc Bloch, é uma afirmação à qual a maior parte dos historiadores pode assentir sem hesitação. O mesmo se poderia dizer da ideia de que o tempo constitui o eixo estruturante de todo o conhecimento histórico. Mas seria possível uma história de como diferentes sociedades viveram e pensaram o próprio tempo?

Nos anos 1960, o célebre historiador Fernand Braudel daria um importante passo no estudo do tempo ao afirmar que os processos históricos são evadidos de múltiplos tempos, por vezes contraditórios, uns de duração mais longa, outros mais curta, mas todos compondo uma estrutura que permearia a vida de todos homens e mulheres. Não muitos anos depois, Reinhart Koselleck avançaria essas reflexões, buscando entender como as experiências passadas e as expectativas futuras se entrelaçam no presente daqueles que participam e constroem a história da humanidade.

Muitos foram os caminhos historiográficos que pavimentaram as investigações atuais sobre a experiência do tempo na história, de modo que, atualmente, é possível pensar a Modernidade como sendo caracterizada pelo surgimento de uma nova forma de se relacionar com o tempo. Em decorrên-

cia de processos como a montagem dos Impérios Coloniais, a expansão do capitalismo e as revoluções burguesas, a Modernidade é uma época na qual cada vez mais as pessoas sentem, percebem e pensam o passado como um tempo que se distancia de um futuro aberto ao novo e ao desconhecido. O Brasil não esteve alheio a essas transformações, conforme evidenciam os trabalhos de João Paulo Pimenta e Valdeci Lopes de Araujo. Segundo eles, a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808 constituiu um importante marco na abertura para uma nova forma de se viver e pensar o tempo no Brasil, algo que se mostraria de extrema importância nos anos 1820. Tributários de uma historiografia do tempo na independência do Brasil, nós nos ocupamos de facetas específicas desse processo, ressaltando elementos que, apesar de identificados há duzentos anos, fazem parte do nosso tempo no século XXI.

A trajetória de José da Silva Lisboa (1756-1835), personagem de participação destacada no processo de independência do Brasil, constitui um ângulo interessante para se abordar as transformações acarretadas pela emergência de uma nova experiência do tempo no Brasil. Em sua dissertação, apoiada pela FAPESP e intitulada *Cairu e o mal-estar da Revolução: linguagens políticas na formação do Estado Nacional brasileiro*, Lucas Mohallem busca demonstrar como a formação de uma consciência conservadora esteve intimamente ligada à irrupção do futuro como um domínio distinto do passado.

Outrora marcado por uma visão utópica e idealista da sociedade, associada às doutrinas do Direito Natural, o pensamento de Silva Lisboa sofreria uma virada de rumo a partir de 1808. A data, aqui, não é fortuita: conforme aponta a historiografia sobre o assunto, a vinda da Corte para o Brasil representa um divisor de águas na forma como as pessoas vivenciavam o tempo. Este fenômeno, tão dramático quanto inédito na História ocidental, concorreu para disseminar a consciência entre os súditos do Império português de que o processo revolucionário que convulsionava a Europa desde 1789 também lhes dizia respeito. Se até então a Revolução Francesa pudera ser vista como um fenômeno distante, pouco relevante ao contexto luso-americano, com a



Embarque da Família Real para o Brasil - Nicolas-Louis-Albert Delerive, attrib. (Museu Nacional dos Coches). Século XIX.

invasão da Península Ibérica pelas tropas napoleônicas, ficava claro que até mesmo os portugueses não estavam blindados contra a marcha revolucionária que vinha pondo abaixo a ordem estabelecida.

Tomado por uma vertigem ante o fenômeno revolucionário, Silva Lisboa abandonaria a postura utópica que até então orientara seu pensamento e ação política. Afastando-se do racionalismo universalizante das Luzes, que se debruçava sobre a realidade com uma postura prospectiva, passou adotar uma postura política radicada na tradição e nos casos particulares contidos na experiência vivida. À prospecção futura, passava a preferir a retrospectiva sobre a vida pretérita. À discussão de como a sociedade deveria ser, passava a priorizar como ela era ou havia sido. O mal-estar da Revolução fez de Silva Lisboa um conservador na exata medida em que o levou a substituir a Razão pela Experiência; e o futuro pelo passado.

Anos mais tarde, à época da Independência do Brasil e da formação do Estado Nacional, o tempo tornar-se-ia um dos elementos polarizadores do debate público. A forma de se relacionar com o tempo despontaria como uma das principais características a distinguir as posições políticas em disputa. Silva Lisboa, de cariz conservador, defenderia que a nascente sociedade brasileira deveria se estruturar à imagem-semelhança de uma família, desenvolvendo-se organicamente a partir das instituições existentes, tais como herdadas do passado. Seus opositores republicanos e progressistas, por sua vez, advogavam que o Estado Brasileiro fosse erguido aos moldes de um “contrato”: ou seja, como um acordo voluntário entre suas partes constitutivas, talhado sob medida para satisfazer seus respectivos desejos. Descolando-se da experiência e projetando-se sobre o futuro, esta visão destacava-se pelo peso que dava às expectativas de uma sociedade ideal.

Os achados desta pesquisa têm permitido concluir que a emergência de uma consciência conservadora, bem como de um espectro político tipicamente moderno, caracterizado pela oposição entre progressistas e conservadores, estiveram intimamente associados à irrupção de um futuro aberto, distinto e descolado do passado. No cenário especificamente brasileiro, esses processos se deram a partir de 1808, e culminaram à época da Independência.

Uma outra forma de investigar a experiência do tempo na independência é através da aceleração das comunicações à distância. Atualmente, boa parte da população está habituada à instantaneidade da tro-



Domenico Failutti - Retrato de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), Coleção Fundo Museu Paulista - FMP USP.

ca de mensagens e do acesso à informação. O tempo de espera entre o envio de uma mensagem e sua leitura, ou, então, os intervalos aguardados para conferir as mais recentes notícias da cidade, do país ou do mundo, exigem apenas alguns segundos através da internet. Mas, no século XIX, as distâncias eram atravessadas de acordo com outras velocidades e ritmos.

Como a sensação de aceleração do tempo se estruturou e se disseminou por meio de tecnologias da comunicação no século XIX? Como o encurtamento das distâncias pôde provocar transformações no tecido espaçotemporal da sociedade? E como isso pode ajudar a explicar, sob um novo ângulo, o processo de independência do Brasil? Essas são algumas das perguntas que a pesquisa de Thomáz Fortunato, *Topologias do tempo: a formação da rede dos correios no Brasil (1796-1829)*, financiada pela FAPESP, busca responder.

Trata-se de uma investigação que atravessa três contextos e aborda todo o território brasileiro. No final do século XVIII, a Coroa portuguesa se via imersa em uma crise econômica e em um cenário global onde impérios mais poderosos levavam suas disputas para o continente americano. Buscando aperfeiçoar a exploração colonial da América, a Coroa reformou diversos setores econômicos e criou



- Locais de recebimento e entrega de cartas pelos correios
- Conexões dos correios interiores (meridional)
- Conexões dos correios interiores (setentrional)
- Conexões dos correios marítimos (meridional)
- Conexões dos correios marítimos (setentrional)

Concepção e elaboração: Thomáz Fortunato
 Elaboração em QGIS 3
 Fonte de dados: AHU_ACL_CU_013, Cx. 109, doc. 8578;
 BR_RJANRIO COD. 0. 67, v. 23;
 AHU_ACL_CU_011, Cx. 145, doc. 26;
 AHU_ACL_CU_010, Cx. 36, doc. 1844; DIHCSP. v.39, p.41-45;
 AHU_ACL_CU_023, Cx. 16, doc. 786; BR_RJANRIO D9. Cx. 486, pct. 03;
 Almanaque Geral do Império do Brasil (1838), p.167
 Atlas Digital da América Lusa

Os correios da América portuguesa em 1800.

os correios como uma rede de comunicação abrangente e regular. O segundo momento se abre em 1808, marco inicial das novas reformas de D. João que melhoraram as conexões entre seus domínios, abrindo estradas, elaborando mapas, incentivando a navegação fluvial e transatlântica. Como parte desse processo, a rede de correios é ampliada e as distâncias são encurtadas: antes de 1808 uma carta do Rio de Janeiro demorava em média 15 dias para chegar à Vila Rica, depois, ela passa a demorar a metade do tempo.

O terceiro contexto se abre em 1820, com o aprofundamento da crise do império sob a pressão do movimento liberal que ocorria em Portugal. Desafiando a legitimidade do poder dinástico, o movimento promovia uma nova cultura política assentada sobre uma concepção de governo exercido por representantes eleitos por cidadãos e cuja atividade seria regulada por leis. É um momento de profunda politização da sociedade, e a rede de correios, em seus tempos e geografias, também se politizou e se transformou em arena de conflitos. Com a emergência do Brasil como um Estado nacional soberano, os correios passaram a ser considerados vitais para a integridade territorial, conectando novas instituições que nasciam.

Todos esses processos políticos, à época com desfecho incerto para os que deles participavam, aprofundaram a crise do império português abrindo brechas para se conceber um Estado nacional que seguiria muito dos exemplos do que ocorria com as colônias vizinhas da América latina. A aceleração das comunicações foi um produto e um fator do desenrolar desses acontecimentos, e por isso revela uma faceta geográfica da experiência de aceleração do tempo na independência do Brasil: os

correios facilitaram a circulação de jornais e documentos, os quais passaram a atravessar o espaço com maior velocidade e frequência, atingindo um número maior de pessoas.

Tomadas em conjunto, o que essas pesquisas fazem é sinalizar a importância e as potencialidades de se tomar o tempo como o objeto da análise histórica no contexto da independência do Brasil. Na qualidade de um limiar no processo de emergência de uma moderna experiência do tempo, a Independência constitui um ponto de fuga para a compreensão da forma como nós vivemos o tempo hoje em dia. A observação cautelosa da emergência de uma nova temporalidade naquelas circunstâncias nos dá perspectiva e parâmetros de comparação para pensar o que mudou, e o que se manteve na forma como nos relacionamos com o tempo. Se formos capazes de entender os entrelaçamentos dinâmicos e plurais entre os tempos históricos, talvez a história da independência, em suas várias camadas de tempo, ainda tenha muito a nos ensinar sobre o século XXI.

* Thomáz Fortunato (thomaz.fortunato@usp.br) é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social (FFLCH-USP).

** Lucas da Costa Mohallem (lucasmohallemusp@gmail.com) é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social (FFLCH-USP).

Ambos são orientados pelo Prof. João Paulo Pimenta e receberam menção honrosa no Prêmio Vídeo de Pós-graduação da USP CICLO 22.

[Clique aqui para assistir o vídeo.](#)